

João Augusto Guerra da Rocha Nunes – Instituto Politécnico de Viseu (Portugal)

MANUEL DE PINA CABRAL

Notas biográficas de um (des)conhecido
latinista do século XVIII



Emmanuel Linus Cabralius.
Terti Ord. S. Francisci.

Artigo publicado na Revista Millenium, 32 (11) 226-233

ABREVIATURAS USADAS

ACE – Arquivo da Câmara Eclesiástica de Viseu

ADG – Arquivo Distrital da Guarda

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BAC – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

BPE – Biblioteca Pública de Évora

IAN/TT – Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

“(...) poderão os Leitores sábios colher sem dificuldade os fructos, que se achão repartidos das melhores Instrucções Romanas. Esperamos que os mesmos Leitores recebam esta Obra como nascida de hum zelo patriótico, que deve fazer o carácter de hum Cidadão honesto”¹.

¹ Manuel de Pina Cabral – *Magum Lexicon Latinum et Lusitanum...*, Olyssipone, Typ. Reg. 1780.

NOTA PRÉVIA

Algumas figuras pelo facto de se notabilizarem em determinadas épocas tiveram a particularidade de permanecer na memória colectiva no decurso dos séculos. Ao invés, a passagem inexorável dos anos condenou ao ostracismo certos vultos da política e da cultura que, assim, foram relegados para o limbo do esquecimento. Não procurarei aqui determinar a razão de ser deste facto. Certo é que Manuel de Pina Cabral foi um desses homens, que se evidenciou na sua época, mas que depois da morte foi ostracizado pelo devir do tempo. Notável latinista do século XVIII, com um percurso igualmente notável na Ordem Terceira Regular de S. Francisco², a obra que deixou foi esquecida e a sua vida encontra-se envolta por uma nebulosa.

Este estudo, trazido a lume sensivelmente dois séculos depois da morte de Frei Manuel de Pina Cabral, pretende traçar o percurso biográfico de um homem cuja existência foi dedicada ao estudo do latim e à instituição religiosa que o acolheu: a Ordem Terceira. Trata-se, assim, de tentar perscrutar as origens familiares do latinista, a carreira e as obras que publicou no decurso da sua vivência (segunda metade do século XVIII e primeiro decénio da centúria de oitocentos).

Não foi nosso intuito fazer um estudo sobre uma época ou acerca da cultura portuguesa desse período. Também não foi nosso escopo aferir os aspectos associados a questões de natureza religiosa das ordens mendicantes. Nem tampouco se procurará analisar aprofundadamente a obra de Manuel de Pina Cabral, uma vez que esse estudo não pertence à análise historiográfica, sendo sim da responsabilidade da lexicografia ou da linguística. Interessa-nos, apenas, conhecer a acção de Pina Cabral numa perspectiva essencialmente biográfica.

O facto de praticamente nada se saber sobre a vida de Manuel Pina Cabral tornou a análise historiográfica mais aliciante. Isto não impediu, contudo, que a investigação tivesse tido pela frente alguns obstáculos. Estes escolhos decorrem da circunstância de o grosso da documentação que podia fazer luz sobre a figura do latinista se encontrar em parte incerta, como é o caso dos documentos da Ordem Terceira relativos à época em que

² O nome oficial da instituição era Congregação da Terceira Ordem Regular da Penitência de Portugal. Por facilidade de exposição usar-se-á a designação de Ordem Terceira de S. Francisco ou Ordem Terceira.

Pina Cabral foi provincial. Também a documentação do colégio de S. Pedro dos Terceiros de Coimbra, instituição que acabou por se tornar relevante na formação do franciscano, se encontra desaparecida. Já a correspondência de Manuel de Pina Cabral com Frei Manuel do Cenáculo, os registos paroquiais da freguesia de Matança e os registos de matrículas da Universidade de Coimbra forneceram algumas pistas para esta investigação.

O trabalho encontra-se dividido em três partes. Na primeira, far-se-á referência às origens de Manuel de Pina Cabral até ao tempo em que professou na Ordem Terceira de S. Francisco. Num segundo momento, destacar-se-á os trabalhos de língua latina, em especial o dicionário que publicou em 1780. Por último, proceder-se-á a uma análise que relevará os principais momentos da carreira de Pina Cabral nos últimos anos da sua vida³.

³ Este estudo não teria sido possível, no que concerne à tradução do latim, sem o prestimoso contributo do Prof. Doutor Ferreira Gomes. Quaisquer lapsos na utilização dos documentos não são, como é óbvio, da sua responsabilidade. Devo também uma palavra de agradecimento a Cláudia Serrano pela leitura atenta e crítica deste trabalho.

1 – AS ORIGENS

Manuel de Pina Cabral nasceu na freguesia de Matança⁴, mais concretamente no lugar de Fonte Fria, em 1746⁵, tendo sido baptizado no dia 27 de Janeiro de 1747⁶. Era filho de António Pina, igualmente natural de Fonte Fria e Maria de Santiago, originária de Torre de Tavares⁷. Conhecem-se-lhe pelo menos três irmãos, todos eles mais jovens do que Manuel de Pina Cabral: Maria, António e Catarina⁸.

As origens familiares de Pina Cabral inscrevem-se numa família de agricultores⁹, eclesiásticos e militares. O avô, Manuel de Andrade, além de ser proprietário agrícola¹⁰, exercia o cargo de capitão de ordenanças de Matança¹¹, função que certamente lhe

⁴ A Matança pertence actualmente ao concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda. Fazem ainda hoje parte da freguesia, além da sede de freguesia (Matança), os lugares de Forçadas e Fonte Fria. Em 1758, habitavam na localidade 359 pessoas, sendo que 32 eram originárias de Forçadas e 56 de Fonte Fria. IAN/TT – *Dicionário Geográfico*, vol. 22, memória 82, p. 557. Nesta contagem não foram contabilizadas as crianças, menores de sete anos, que não eram consideradas como fazendo parte da população na maioria dos registos demográficos do Antigo Regime. Em meados do século XVIII, o universo da população da freguesia de Matança seria, assim, constituído por cerca de 500 pessoas. Sobre a demografia da Beira Alta nos séculos XVIII e primeira metade do século XIX ver João Nunes de Oliveira – *A Beira Alta de 1700 a 1840: gentes e subsistências*, Viseu, Palimage Editores, 2002, p. 297-410.

⁵ Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*, Civilização Editora, Porto, 1970, Tomo III, p. 386.

⁶ ADG – *Livro de registos de Baptismo da Matança*, rolo 687/068, item 5, fl. 62. O registo de baptismo não refere a data concreta do nascimento. Embora as constituições sinodais da diocese de Viseu determinassem que o baptismo devesse ocorrer nos primeiros oito dias depois do nascimento, no século XVIII não se respeitava essa obrigatoriedade. Nesse sentido, é provável que o nascimento tivesse ocorrido em 1746. Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 457. Sobre os aspectos associados aos ritos de passagem, mormente ao sacramento do baptismo ver António Camões Gouveia, “A sacramentalização dos ritos de passagem”, in Carlos Moreira de Azevedo – *História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 534-538.

⁶ ADG – *Livro de registos de Baptismo da Matança*, rolo 687/068, item 5, fl. 62.

⁷ *Idem*, fl. 62.

⁸ *Idem*, fls. 71v, 85, 100.

⁹ A prática agrícola fazia parte da vida desta família, como se verifica pelo facto de os pais de Pina Cabral terem vinculado terras à Igreja: António de Pina e Maria de Santiago eram “senhores e possuidores de duas capelas hua das quais se compunha de umas fazendas sitas na dita vila [Matança] com a obrigação de 26 missas e alem desta mais hua com hum responso e a outra capela se compunha de fazendas sitas no lugar de Pindo concelho de Penalva (...) com encargo de hua missa e hum responso”. Estas capelas foram extintas em 22 de Fevereiro de 1774, por não terem de rendimento anual 100 mil réis. IAN/TT – *Chancelaria de D. José – Extinção de Capelas*, liv. 11, fl. 308. Sobre as questões associadas à morte e em particular aos legados pios na época moderna ver Ana Cristina Araújo – *A Morte em Lisboa: Atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 271-295.

¹⁰ IAN/TT – *Chancelaria de D. João V, Mercês*, liv. 96, fl. 171v. Em 27 de Maio de 1738, Manuel de Andrade conseguiu uma provisão de D. José que lhe permitiu aforar terras concelhias na Matança, mais precisamente “um pedaço de terra que era de tojal no limite da mesma vila aonde chamam de barrocal da atalaya que partia com o suplicante e ribeira de carapito que não rendia cousa alguma ao dito concelho”.

¹¹ *Idem*, fl. 62.

conferiria um estatuto social de alguma importância na sociedade local¹². O capitão de ordenanças na época moderna era responsável pelo recrutamento de todos os indivíduos do sexo masculino dos 16 aos 60 anos nos tempos de guerra, sendo exercido praticamente de uma forma vitalícia, embora fosse uma função não remunerada. O carácter vitalício do exercício do cargo e as funções inerentes à sua acção relevavam a importância social destes indivíduos nas comunidades em que se encontravam inseridos¹³.

Também o padre Bartolomeu de Andrade era familiar de Pina Cabral, não só por ter o mesmo apelido do avô do latinista, mas igualmente por ter sido padrinho da maioria dos filhos de António de Pina, entre os quais o próprio Manuel de Pina Cabral. De notar, que no século XVIII era comum convidar-se para padrinho de baptismo pessoas da mesma família ou outras cujo reconhecimento social fosse do mesmo nível ou superior¹⁴.

Bartolomeu de Andrade, pela função que exercia na comunidade, acabava também por contribuir para reforçar o estatuto social do núcleo familiar de Pina Cabral. Com efeito, tendo familiares em lugares importantes da hierarquia local, tanto no domínio militar como no domínio eclesiástico, a afirmação social desta família seria efectiva no universo de uma pequena localidade do interior do país¹⁵.

A infância de Manuel de Pina Cabral foi marcada pelo estudo do latim desde tenra idade. Aliás a família, em especial o pai, preocupou-se com a sua formação tendo encarregue um professor de gramática da sua instrução, mormente de o pôr em contacto com as “coisas latinas” tendo sido, segundo as palavras de Pina Cabral, “moderadamente instruído nelas” desde os dez anos pelo mesmo professor¹⁶. No Antigo Regime constituía dever dos pais sustentar, educar e casar os filhos. Estes deviam obediência e auxílio à família, o que os obrigava a acatar as decisões dos pais¹⁷.

¹² A criação das ordenanças foi efectivada por D. Sebastião em 1570 em função da necessidade de reorganizar o exército português e dotar o país de um mecanismo que permitisse mobilizar rapidamente homens para a guerra. O regimento de ordenanças de 1570 manteve-se praticamente inalterado até finais do Antigo Regime. *Regimento dos capitaens mores e mais capitaens e officiaes das companhias da gente de cavallo & de pé*, Coimbra, Off. De Joseph Ferreyra, 1709.

¹³ António Camões Gouveia; Nuno Gonçalo Monteiro, “A Milícia”, in José Mattoso – *História de Portugal*, Círculo de Leitores, 1993, vol.IV, p. 197-203.

¹⁴ Sobre as relações sociais e morais nos fins do século XVII e inícios do século XVIII, ver Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (1680- 1720)*, tese de doutoramento apresentada à FLUC, Coimbra, FLUC, 1997, p. 155-152.

¹⁵ Bartolomeu de Andrade ordenou-se em 1716. Era, portanto, consideravelmente mais velho do que Manuel de Pina Cabral. Nesse sentido, e pelo facto de ter o mesmo apelido do pai, é muito provável que fosse tio do latinista. ACE – *O clero de Mões, Lafões e Penaverde* (1665-1831).

¹⁶ BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, carta nº 3745, CXXVII/2-9.

¹⁷ Sobre a família no Antigo Regime ver António Manuel Hespanha, “A Família”, in Mattoso, José – *História de Portugal*, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p.273-279.

Em 1763, António Pina acreditando nas potencialidades do filho envia-o para a Universidade de Coimbra, matriculando-o no curso de direito canónico¹⁸. No momento da matrícula, um de Outubro de 1763, fez-se referência à certidão de latim que Manuel de Pina Cabral possuía, o que denota já sólidos conhecimentos da língua por parte de Pina Cabral. No tempo em que passou pela Universidade de Coimbra, esteve matriculado nos anos de 1766, 1768, 1769 e 1770¹⁹, na faculdade de Cânones, não obteve qualquer grau. Nunca se refere no acto de matrícula ao facto de ser membro da Ordem Terceira Regular de S. Francisco, o que leva a concluir que o ingresso em uma ordem religiosa não estaria ainda na sua mente²⁰. No acto de matrícula era comum fazer-se referência ao título dos membros do estado eclesiástico. Nesse sentido, se Manuel Pina Cabral tivesse professado, essa referência estaria contida no registo da matrícula. Ora, assim não acontece nas sucessivas matrículas do futuro latinista. Aliás, a opção por direito canónico e não pelo curso de Teologia vem corroborar a hipótese de uma carreira que seguramente não passaria pelo ingresso num instituto religioso mendicante, uma vez que os membros das ordens religiosas, em particular os mendicantes, optavam geralmente pelo curso de Teologia.

Na Universidade, no curso de Cânones, e à semelhança de muitos que viam nesta formação uma oportunidade para obter trabalho na hierarquia do Estado ou da Igreja²¹, dedicou-se ao direito civil. O facto de abraçar o direito civil em detrimento do direito canónico mostra que não se sentia motivado pelo curso de Cânones²².

Nos anos sessenta do século XVIII a vida de Pina Cabral foi marcada por problemas familiares. As fontes não são completamente explícitas no que se refere aos atritos²³. Talvez o corte de relações com a família possa ter a ver com a carreira de Manuel de Pina Cabral. Os pais procuravam condicionar-lhe o futuro na medida em que o queriam ver como canonista; Manuel Pina Cabral não lhes fazia a vontade, uma vez que ia protelando a obtenção dos respectivos graus universitários. De um lado, a família a

¹⁸ AUC – *Livro de Matrículas (1763-64)*, vol. 81, IV-1ªD-1-34, fl. 267v.

¹⁹ AUC – *Livro de Matrículas (1766-67)*, vol. 84, IV-1ªD-1-37, fl. 250v; *Livro de Matrículas (1768-69)*, vol. 86, IV-1ªD-1-39, fl. 279; *Livro de Matrículas (1769-70)*, vol. 87, IV-1ªD-1-40, fl. 208; *Livro de Matrículas (1770-71)*, vol. 88, IV-1ªD-1-41, fl. 178.

²⁰ *Idem*.

²¹ A procura do curso de Cânones suplantava qualquer um dos outros cursos da Universidade. Sobre o número os alunos e a sua distribuição pelas diversas faculdades no século XVIII ver António Camões Gouveia, “Estratégias de interiorização da disciplina” in José Mattoso – *História de Portugal*, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p. 444.

²² BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, carta nº 3745, CXXVII/2-9.

²³ *Idem*.

procurar que o filho, através do curso de direito, se afirmasse social e economicamente. Do outro, Pina Cabral, com uma manifesta paixão pelo latim, mas cuja formação em direito canónico não lhe daria certamente qualquer satisfação pessoal. Esta divergência de vontades, poderemos chamar-lhe assim, e a desobediência em relação às determinações do *pater familias* conduziu a uma ruptura entre o núcleo familiar e Manuel Pina Cabral no decurso dos decénios de sessenta e setenta da centúria de setecentos. Todavia, esta ruptura não foi definitiva. Nos anos oitenta a ligação familiar foi retomada. Pese não existirem documentos que suportem este facto, a circunstância de nesta época algumas obras publicadas por Pina Cabral serem assinadas sob o pseudónimo de Capitão António Pina de Andrade, cuja onomástica remete para a figura do pai e do avô, indicia uma possível reconciliação familiar²⁴.

Data precisamente do decénio de setenta do século XVIII a entrada de Manuel de Pina Cabral na Ordem Terceira Regular de S. Francisco, tendo professado no dia oito de Dezembro de 1776²⁵. Este facto sugere que a adesão ao instituto franciscano deve ter ocorrido por volta de 1775, tendo em conta o ano de noviciado que os regulares tinham de fazer. O ingresso não aconteceu de uma forma natural para a época: o costume era que os membros acessem ao clero regular com apenas 15 ou 16 anos ou mesmo idade inferior²⁶; Manuel de Pina Cabral teria, nesta altura, já cerca de 30 anos²⁷.

A entrada para o estado eclesiástico teve seguramente a ver com o facto de ter perdido o apoio da família (afectivo e monetário), não obstante se desconheçam os motivos da opção pelo instituto da Ordem Terceira de S. Francisco. Todavia, não se deve descurar o facto de nesta época a Ordem Terceira se constituir como uma das mais prestigiosas escolas do país e nesse sentido ser um pólo de atracção para aqueles que visavam obter uma sólida formação religiosa e cultural²⁸. Também era comum, na época moderna, os membros dos estratos da população que não possuíam títulos de nobreza

²⁴ Trata-se de um manual de latim com duas edições: Manuel de Pina Cabral – *Observações sobre a virtude da boa latinidade*, Lisboa, Of. de Lins da Silva Godinho, 1782, L. 13370; Manuel de Pina Cabral – *Observações sobre a virtude da boa latinidade, ou methodo abreviado para aprender a fallar e a fazer composições em Latim*, Lisboa, Off. Regia, 1829.

²⁵ Fortunato de Almeida, *ob.cit.*, p. 386.

²⁶ Sobre o estado das ordens regulares na época moderna ver José Pedro Paiva, “Frades e Freiras”, in Carlos Azevedo (dir.) - *História Religiosa den Portugal*, Círculo de Leitores, 2000, Vol. II, p. 201 – 208.

²⁷ Não foi o único nesta época a entrar para a Ordem Terceira já na idade adulta. Paulo de Carvalho foi igualmente admitido na Ordem já em plena maturidade. Jacques Marcadé – “D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain (1768-1777)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1971, vol. III, p. 442.

²⁸ Sobre a Ordem Terceira na década de setenta do século XVIII ver Jacques Marcadé – D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain (1768-1777), *ob.cit.*, p. 431-458.

terem acesso ao clero regular através das ordens mendicantes²⁹. De notar, que na década de setenta do século XVIII, em virtude da reforma da Ordem posta em execução por Manuel do Cenáculo, apenas aqueles cuja formação e méritos eram efectivos tinham acesso à Ordem Terceira de S. Francisco³⁰.

No decurso dos anos setenta do século XVIII, época em que fez a sua formação na Ordem Terceira, Manuel de Pina Cabral beneficiou da reforma do plano de estudos da Ordem posta em prática por Manuel do Cenáculo de acentuado cariz iluminista, imbuída dos preceitos do iluminismo cristão italiano³¹. O estudo da filosofia, história, moral, retórica e teologia era aqui complementado com o estudo das línguas clássicas e orientais, num plano de formação de cariz humanista e experimental³². O plano de estudos era composto por um ano de noviciado seguido de três anos de estudos filosóficos ou morais. Aos bons alunos era-lhes ainda ministrado um ciclo superior de três anos, podendo os discentes neste ciclo optar por uma especialização em direito canónico ou em teologia³³.

Não é possível determinar o exacto momento em que Pina Cabral conheceu Frei Manuel do Cenáculo, figura que iria ser de grande importância na vida do latinista³⁴. O primeiro encontro entre ambos terá acontecido seguramente no decurso dos anos setenta da centúria de setecentos, quando Pina Cabral resolveu ingressar na esfera eclesiástica, uma vez que Cenáculo exerceu nesta data cargos de relevo na congregação, designadamente a função de definidor e provincial da Ordem Terceira³⁵.

No seguimento da entrada no instituto franciscano, Manuel de Pina Cabral viveu entre Lisboa e Coimbra, dedicando-se à investigação, mormente aos trabalhos filosóficos de natureza clássica, designadamente sobre Plauto e Terêncio³⁶. Em inícios de Junho de 1777 encontrava-se de novo em Coimbra, no colégio de S. Pedro dos Terceiros, para continuar os estudos filosóficos³⁷. O facto de se encontrar a estudar filosofia indicia claramente ter sido um dos alunos intelectualmente mais dotados, em virtude deste curso,

²⁹ José Pedro Paiva, “Frades e Freiras”, *ob. cit.*, p. 207.

³⁰ Jacques Marcadé – *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Èveque de Beja, Archevêque d’Evora (1770-1814)*, Paris: Centro Cultural Português, 1978, p. 39.

³¹ Jacques Marcadé – *D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain (1768-1777)*, *ob. cit.*, p. 449-454.

³² Jacques Marcadé – *D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain (1768-1777)*, *ob. cit.*, p. 440 – 449.

³³ *Idem*, p. 440-449.

³⁴ Sobre a vida e acção episcopal de Frei Manuel do Cenáculo ver a obra de Jacques Marcadé citada na nota 27.

³⁵ Jacques Marcadé – *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Èveque de Beja, Archevêque d’Evora (1770-1814)*, *ob. cit.*, p. 15.

³⁶ BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, carta nº 3748, CXXVII/2-9.

³⁷ BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, carta nº 3748, CXXVII/2-9.

depois da reforma do plano de formação da Ordem, apenas ser ministrado aos discentes mais capacitados³⁸.

Nesta época manteve uma relação muito próxima com Manuel do Cenáculo que duraria até ao final da sua existência. Frei Manuel do Cenáculo enalteceu em 1777 os méritos de Pina Cabral, num reconhecimento efectivo da erudição do latinista³⁹. Com efeito, os sólidos conhecimentos que possuía de latim acabaram por ser relevantes para que se perfilasse como um dos principais candidatos à feitura de um dicionário de língua latina.

2 – O MAGNUM LEXICON E O ESTUDO DO LATIM

O século XVIII foi uma época marcada por um forte investimento por parte das autoridades, quer civis, quer eclesiásticas na cultura, particularmente no estudo das ciências e humanidades⁴⁰. A necessidade de dotar Portugal de indivíduos imbuídos de um saber que lhes permitisse estabelecer contactos com outros países da Europa fez com que as línguas adquirissem um estatuto relevante. No que se refere à língua latina, como língua oficial da Igreja, detinha nos meios eclesiásticos uma importância que não seria de menosprezar, tanto no que se refere aos actos de natureza espiritual (celebração de missa e sacramentos), como também no que diz respeito a actos de natureza temporal (relações com a Santa Sé) para além dos aspectos relacionados com o direito canónico que tocavam elementos de natureza espiritual e temporal.

Pese o facto de o século XVIII ter sido a centúria da afirmação da lexicografia portuguesa, os primeiros dicionários bilingues (português-latim) são do período medieval. O renascimento, período marcado por um renovado interesse pela cultura clássica e línguas vernáculas, promoveu a dicionarização lexical. Datam desta época os dicionários de Jerónimo Cardoso e Agostinho Barbosa⁴¹.

³⁸ Jacques Marcadé – *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Êveque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814)*, ob. cit, p. 39.

³⁹ BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, carta nº 3748, CXXVII/2-9.

⁴⁰ Frei Manuel do Cenáculo foi um grande mecenas da cultura do século XVIII. A sua acção mecenática manifestou-se através da criação de bibliotecas e compra de livros. Francisco António Lourenço Vaz, “La Memoria de Los Libros”, in *Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*. Salamanca, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, Tomo II, p.483-498.

⁴¹ Sobre a lexicografia portuguesa ver Telmo Verdelho – *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro, 1988.

Ocupa um lugar especial, no que se refere à lexicografia lusitana, a obra da Companhia de Jesus. Do conjunto das edições jesuítas ressalta uma monumental obra lexicográfica intitulada *Prosódia*, de Bento Pereira, datada de 1634, com numerosas edições até meados do século XVIII. Em 1759, os membros da companhia encontravam-se a trabalhar num novo dicionário que substituísse a *Prosódia*. Com a expulsão da Companhia de Jesus decretada pelo Marquês de Pombal, precisamente em 1759, este dicionário ficou por completar. Embora tenham surgido obras lexicográficas de língua latina no decurso das décadas de sessenta e setenta do século XVIII, designadamente as obras de António Pereira de Figueiredo e de José Pedro Fonseca, com inúmeras reedições em finais do século e no decurso da centúria seguinte, havia, contudo, a necessidade de um novo dicionário de Latim. Os trabalhos de lexicografia de língua latina publicados até à data, uns mais breves outros mais extensos, enfermavam de um problema: não continham os nomes próprios.

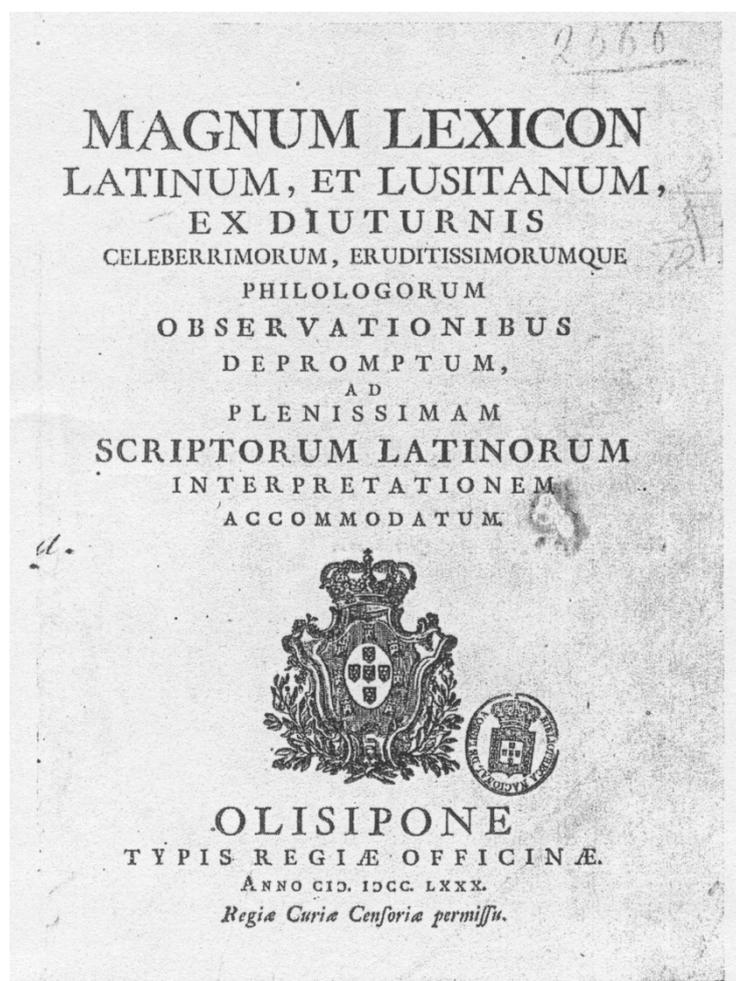
Com a saída dos jesuítas do reino, o dicionário de latim em que os membros desta ordem se encontravam a trabalhar ficou por concluir. A cultura portuguesa, como se disse, carecia de um novo dicionário. O trabalho de o produzir foi dado à Ordem Terceira de S. Francisco. O membro da Ordem que teve a encargo da elaboração do dicionário de Latim foi, justamente, Manuel de Pina Cabral, que neste período, finais da década de setenta do século XVIII, se encontrava a estudar teologia, tendo sido agradavelmente surpreendido pela escolha. Numa missiva dirigida a Manuel do Cenáculo, Pina Cabral manifesta o seu contentamento pelo facto de lhe ter sido confiada a tarefa de produzir um dicionário de latim. Informa-o, também, que embora tendo feito grandes progressos nos estudos teológicos, terá de os abandonar em função da elaboração do léxico.⁴²

Em Setembro de 1779, no primeiro contacto que teve com o dicionário da Companhia de Jesus, que tinha ficado na letra S, achou-o “bastante copioso; mas sem superficialidade: nelle se põem por extenso todas as abreviaturas romanas; explicam-se em a língua portugueza os significados próprios e traslados de todas as palavras de pura latinidade, as frases e os provérbios, notam-se os vocábulos em que há variedade de lição; põem-se os nomes próprios de Regioens, Ilhas Províncias, Reinos, Rios, Lagos, Montes, os dos homens e Deoses em huma palavra tudo o que pertence à Mythologia, à antiga

⁴² BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, carta n.º 3750, CXXVII/2-9.*

historia e geografia que se encontra nos Poetas, Historiadores e mais Authores Romanos”⁴³.

Figura I – Magnum Lexicon - 1ª Edição (1780), folha de rosto



O trabalho de Pina Cabral resumia-se, aparentemente, ao *terminus* da obra dos jesuítas. Ora, não foi isso que aconteceu. Tem sempre sido referido por alguns autores que estudaram a lexicografia latina em Portugal, o que não corresponde à verdade, que Manuel de Pina Cabral teve apenas o mérito de completar o dicionário jesuíta⁴⁴. O novo dicionário de Latim foi obra da inteira responsabilidade do franciscano. Se inicialmente partiu dos estudos de Latim feitos pelos jesuítas, mais tarde, em sucessivas edições, foi reescrevendo a sua obra, complementando-a no que se refere a diferentes vocábulos e termos latinos. A reforçar esta tese encontra-se um manuscrito de Manuel de Pina Cabral

⁴³ BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, carta n° 3750, CXXVII/2-9.*

⁴⁴ Foi Inocêncio da Silva, tendo sido seguido nesta tese por outros investigadores, quem pela primeira vez sugeriu que o *Magnum Lexicon* era uma obra cuja autoria estava repartida entre os jesuítas e Manuel de Pina Cabral. Inocêncio da Silva – *Dicionário Bibliográfico*, Imprensa Nacional, 1972, tomo VI, p. 83-84.

com indicações referentes à publicação e em particular à tradução dos vocábulos e termos latinos que se inicia não apenas na letra S, como seria de esperar se o dicionário fosse apenas um complemento à obra jesuítica, mas sim na letra A⁴⁵. Um outro dado vem reforçar esta tese. Na primeira edição não aparece o nome do autor. Contudo, nas edições seguintes o nome do autor encontra-se referenciado na folha de rosto o que demonstra uma clara assunção por parte de Pina Cabral da paternidade da obra.

Em 1780 foi dado ao prelo o dicionário de Latim - Português de Manuel de Pina Cabral intitulado de *Magnum Lexicon*. Esta obra, de 727 páginas é um marco na história da lexicografia portuguesa⁴⁶. No que se refere à arrumação dos vocábulos, estes já se encontram organizados de uma forma alfabética e não como aparecem nos textos clássicos, característica das outras obras de latim publicadas até à data, designadamente a *Prosódia*. A qualidade do *Magnum Lexicon* evidencia-se ainda nos termos, sempre marcados com as unidades silábicas e na profunda actualização dos sinais convencionais. Outros aspectos relevantes deste dicionário decorrem do facto de o léxico conter vocábulos referentes ao onomástico, de manter o vocabulário comum essencial, bem como de ter sido complementado com a introdução dos nomes próprios

Um dos elementos que permite aferir a importância da obra tem a ver com conjunto de edições publicadas. Conhecem-lhe pelo menos 11 edições dadas ao prelo em Lisboa e em Paris, o que denota bem a sua importância no conjunto das obras de lexicografia latina publicadas em Portugal.

Tabela 1 - Edições do *Magnum Lexicon*

Edição – Local de Edição	Ano
1ª Edição – Lisboa	1780
2ª Edição – Lisboa	1802
3ª Edição – Lisboa	1819
4ª Edição – Lisboa	1833
5ª Edição – Paris	1833
6ª Edição – Paris	1852
7ª Edição – Paris	1855
8ª Edição – Lisboa	1857
9ª Edição – Paris	1858
10ª Edição – Paris	1860
11ª Edição – Paris	1867

⁴⁵ BAC – *Manuscritos Vermelhos*, papéis do reverendo Manuel de Pina Cabral, nº 628.

⁴⁶ No que se refere à análise do *Magnum Lexicon* seguimos de perto o que Inocêncio da Silva diz no seu Dicionário Bibliográfico. Inocêncio da Silva, *ob. cit.*, p. 83-84.

O *Magnum Lexicon* foi sendo depurado por Pina Cabral nas sucessivas edições que foram editadas na vida do autor, bem como por outros depois da morte do latinista. Na edição de 1802, o autor introduz novos termos (por exemplo *Ablusi*, *Abnuitio*, *Abnumero*). Já no que se refere à terceira edição, esta foi revista por um membro da Ordem Terceira, Frei José António Ramalho, sem grandes alterações e inclusive com um erro que não consta da segunda edição: o termo verbal *abalieno* vem escrito *abaliano*. A edição de 1857 é a melhor de todas, uma vez que foi ampliada com um numeroso conjunto de vocábulos extraídos de “*Forcellino, Noel, Fonseca, Ferrreira, Freund et aliis depromptis, locupletata*”.

Este dicionário, que marcou a historiografia latina em Portugal e cuja importância foi reconhecida não só no nosso país como também além – fronteiras, tornou-se numa obra fundamental para todos aqueles que contactavam de perto com o latim. Sucessivas gerações de estudantes acabaram por encontrar no *Magum Lexicon* um dicionário completo e objectivo que lhes permitia aceder aos meandros da língua latina. O próprio Marquês de Pombal adquiriu um exemplar do dicionário, facto que atesta bem a importância do léxico na cultura portuguesa da época moderna⁴⁷.

Datam igualmente dos anos 80 do século XVIII outras obras de Pina Cabral. A elaboração do dicionário fez com que sentisse a necessidade de publicar um manual de latim que fosse um complemento ao léxico. Intitulado *Observações sobre as virtudes da boa latinidade* e publicado através do pseudónimo de capitão António de Pina de Andrade, acabou igualmente por ser uma obra marcante, em virtude de ser muito prático e objectivo no que se refere às questões da gramática latina. Conhecem-se-lhe pelo menos duas edições: a primeira de 1782 e uma segunda edição datada de 1829⁴⁸.

Não se pense, contudo, que Manuel de Pina Cabral, no que se refere à língua latina, se dedicou apenas à lexicografia e à linguística. Em 1798 foi o autor da tradução do 2º tomo da obra *Teologia Moral* de Cuniliati⁴⁹. Apesar de ter feito a tradução da obra, não lhe foi permitida a edição da mesma pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame

⁴⁷ Um exemplar do *Magnum*, proveniente da livraria do colégio de Campolide, contém uma nota manuscrita que diz o seguinte: “ Este Diccionario foi comprado para uso do Senr Marquez de Pombal Manoel José de Carvalho, Mello Daun Souza D’Albuquerque, e Lorena, quando estudou a grammatica latina. E como elle o deixou em um verão em Oeiras qui o colloquei na Estante dos Diccionarios, hoje 6 de Fevereiro de 1844. O Capellão da Caza Manuel Rodrig’ Faria. Justino Mendes de Almeida – *Lexicógrafos da língua latina em Portugal*, Separata do vol. LXXIX da Revista de Guimarães, Guimarães, 1969, p. 23.

⁴⁸ Manuel de Pina Cabral – *Observações sobre a virtude da boa latinidade*, Lisboa, Of. De Lins da Silva Godinho, 1782, L. 13370; Manuel de Pina Cabral – *Observações sobre a virtude da boa latinidade, ou methodo abreviado para aprender a fallar e a fazer composições em Latim*, Lisboa, Off. Regia, 1829.

⁴⁹ BAC – *Manuscritos Vermelhos*, papeis do rev. Manuel de Pina Cabral, nº 628.

e Censura dos Livros. A justificação do censor decorre da obra colocar em causa, por exemplo, os casos de consciência e os poderes episcopais⁵⁰. Ora, isto sugere que filosoficamente Pina Cabral, tal como Cenáculo, se filiava nas correntes de um certo regalismo, isto é, que aceitava a subordinação da Igreja às determinações do poder político⁵¹. De notar, que Cabral fez a sua formação, como se disse atrás, num plano de estudos imbuído dos preceitos iluministas de Muratori e Verney.

3 - A CARREIRA NA ORDEM TERCEIRA

A maioria das ordens religiosas, na segunda metade do século XVIII e na centúria seguinte, sofreram as vicissitudes de um tempo pouco favorável para a sua existência. Por um lado, as invectivas do regalismo, imbuído dos preceitos do despotismo régio que via nas instituições religiosas um entrave ao poder absoluto do rei. Por outro, os problemas sociais, políticos e económicos decorrentes das invasões francesas que arrasaram o país e as suas instituições. Por último, o liberalismo triunfante que não via com bons olhos a existência das ordens religiosas por estas terem sido um dos pilares de apoio do absolutismo e por se achar que eram um entrave ao desenvolvimento económico do país⁵².

A Ordem Terceira foi, contudo, a partir de meados do século XVIII e até à sua extinção (1834), no que se refere à formação e acção dos seus membros uma excepção, em virtude do governo do mais notável de todos os seus provinciais: Manuel do Cenáculo. Até meados da centúria de setecentos a Ordem Terceira Regular de S. Francisco, à semelhança de muitos institutos religiosos, vivia com alguma instabilidade: disputas pelo poder nos capítulos provinciais; falta de vocações; problemas no que respeita à formação e comportamento dos religiosos; bem como uma crise efectiva motivada por uma deficiente gestão patrimonial. Manuel do Cenáculo, na reforma que encetou em 1770, procurou depurar as entradas na ordem que deixaram, a partir de então de ser feitas com base no poder económico do candidato, para se basearem no mérito cultural. Deu ainda determinações no sentido de se seleccionarem os melhores religiosos para os cargos de

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ Jacques Marcadé – *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Èveque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814)*, *ob. cit.*, p. 209-210.

⁵² Sobre a Igreja e o liberalismo em Portugal ver António do Carmo Reis – *O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Notícias, 1988.

governo da instituição⁵³. A formação do noviciado também não foi descurada, passando na década de setenta a estar assente num programa de estudos austero, principalmente no que se refere às disciplinas de retórica, moral, direito canónico e teologia, consideradas o pilar da instrução de um bom eclesiástico⁵⁴. A reforma de Cenáculo teve os seus frutos: a Ordem Terceira foi considerada, no último quartel do século XVIII, a instituição religiosa cujos membros eram um exemplo de formação, dedicação e zelo em Portugal⁵⁵. A acção de Manuel do Cenáculo no que respeita à Ordem Terceira foi visível também no conjunto de empreitadas que mandou executar no convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa, mormente as referentes à casa do noviciado, biblioteca e celas⁵⁶.

Cenáculo teve consciência da necessidade de elevar o nível cultural do país⁵⁷. Nesse sentido, a biblioteca do convento, que ainda hoje é uma das mais ricas do país, foi enriquecida com cerca de 3000 exemplares e passou a estar aberta ao público.⁵⁸

A instituição tinha um conjunto de fundações espalhadas pelo país, a maioria dos conventos situava-se no interior, sendo o instituto mais importante o Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa⁵⁹. Possuía ainda o colégio de S. Pedro, em Coimbra⁶⁰.

A Ordem viveu até 1780 dependente da Província de Portugal da Regular Observância⁶¹. Em 1780 foi agraciada pelo poder papal com privilégios, em particular no que diz respeito à autonomia de governo, isto é, deixou de estar dependente da regular observância e os seus provinciais passaram a ter livre arbítrio no que se refere ao governo da Ordem⁶².

Todas estas questões não passaram seguramente à margem da vida de Frei Manuel de Pina Cabral. O acesso à Ordem Terceira ocorreu precisamente no momento em que a

⁵³ Fortunato de Almeida, *ob.cit.*, p.109-110.

⁵⁴ Jacques Marcadé – *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évêque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814)*, *ob. cit.*, p.33-49.

⁵⁵ Frei Manuel do Cenáculo, figura sobejamente conhecida da cultura portuguesa do século XVIII, foi um dos membros de maior destaque da Ordem Terceira. Conhecem-se, para além de Pina Cabral, outros membros desta ordem que igualmente se destacaram nas letras portuguesas: Frei António Baptista Abrantes; Frei João de Sousa; Frei José de Santo António Moura; Frei Manuel Rebelo da Silva. Fortunato de Almeida, *ob.cit.*, p.386.

⁵⁶ Ferreira de Andrade - *Do convento de Nossa Senhora de Jesus*, Lisboa, Ed. Império, p. 93.

⁵⁷ Sobre as determinações de Manuel do Cenáculo no que respeita às bibliotecas ver Francisco António Lourenço Vaz, *ob. cit.*, p.483-498.

⁵⁸ *Idem*, p. 487 – 488.

⁵⁹ Sobre os conventos adstritos à Ordem Terceira ver Jacques Marcadé – *D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain (1768-1777)*, *ob. cit.*, p. 434.

⁶⁰ Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*, Civilização Editora, Porto, 1970, Tomo II, p.153-155.

⁶¹ António Montes Moreira, “Franciscanos”, in Carlos Moreira Azevedo – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Circulo de Leitores, 2000, vol. II, p. 278.

⁶² *Idem*, p. 278.

instituição foi reformada, nomeadamente ao nível do plano de estudos. Foi precisamente nesta ordem religiosa, das melhores que o reino possuía no século XVIII, que o latinista acabaria por fazer uma carreira notável.

Depois do ingresso na esfera eclesiástica, Pina Cabral, como se referiu, viveu entre Lisboa e Coimbra. Em finais da década de setenta, em particular no ano de 1779, veio para Lisboa por forma a iniciar a feitura do léxico. No convento de Nossa Senhora Jesus, os trabalhos relativos ao dicionário ocuparam-lhe seguramente todo o ano de 1779. Depois do *terminus* da obra, foi ascendendo na hierarquia da Ordem. Em 15 de Abril de 1780, ano da edição do léxico, Manuel de Pina Cabral foi eleito pregador da Ordem Terceira de S. Francisco⁶³. Ora, para se ser pregador era necessário, além de uma capacidade intelectual acima da média, ter uma reputação sem qualquer mácula, um conhecimento efectivo do catecismo e talento na arte da oratória⁶⁴. Sabe-se, também, que exerceu a função de mestre de casos, leitor de moral e foi reitor do colégio de Évora⁶⁵. Em 1798 ocupava já um dos lugares de topo em virtude de ter sido eleito, no mês de Maio do respectivo ano, definidor geral pelo provincial Frei António da Silva⁶⁶. O cargo de definidor fazia parte do Conselho Geral da Ordem e tinha como principal atribuição o exercício de controlo da acção do provincial.

O ano de 1804 foi muito importante na carreira de Pina Cabral. No mês de Maio, em função de uma vida dedicada à cultura e à Ordem, a congregação designou-o provincial da Ordem Terceira de S. Francisco, o cargo mais elevado da congregação⁶⁷. Estava nas suas mãos o governo da instituição. Uma das prerrogativas que lhe cabia pelo facto ocupar o referido cargo, além da acção governativa, era o de designar os responsáveis pelos conventos provinciais. A boa relação que sempre manteve com Manuel do Cenáculo foi visível, por exemplo, no momento da designação dos responsáveis pelos conventos, que era uma competência exclusiva do provincial. No que respeita aos institutos da diocese de Évora, Manuel de Pina Cabral pediu a Manuel do Cenáculo, então prelado de Évora, autorização para designar os indivíduos que iriam ocupar lugares de destaque nos institutos franciscanos da diocese eborense⁶⁸. Assim

⁶³ BAC – *Manuscritos Azuis*, Livro III da Congregação da Terceira Ordem da Penitência, Ms. Az. 1931, fl. 6.

⁶⁴ Jacques Marcadé – *D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain (1768-1777)*, *ob. cit.*, p. 449.

⁶⁵ Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 386.

⁶⁶ BAC – *Manuscritos Azuis*, Livro III da Congregação da Terceira Ordem da Penitência, Ms. Az. 1931, fl. 200.

⁶⁷ BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, carta nº 3752, CXXVII/2-9.

⁶⁸ BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, carta nº 3752, CXXVII/2-9.

aconteceu com Frei Custódio dos Mártires de Marrocos que só foi designado para o colégio da Ordem Terceira de Évora depois da anuência do arcebispo.

Nada se sabe acerca da sua acção no governo da Ordem Terceira de S. Francisco, em virtude de se terem perdido ou estarem em parte incerta os acórdãos do período em que Manuel de Pina Cabral foi provincial. No entanto, em Abril de 1807, teve a felicidade de receber de Manuel do Cenáculo uma bíblia de Mogúncia do século XV, doada à biblioteca do convento de Nossa Senhora de Jesus pelo então já arcebispo de Évora⁶⁹. A bíblia, cujo valor atingia na época a quantia exorbitante de 600 000 réis, foi mandada gravar no frontispício pelo provincial “com letras majestosas”⁷⁰, como sinal de reconhecimento pela oferta do mecenas⁷¹.

Desconhece-se a data da morte de Frei Manuel de Pina Cabral. Deve ter acontecido cerca de 1810, uma vez que a última missiva enviada a Manuel do Cenáculo data de 1807 e a edição de 1819 do *Magnum Lexicon* já não foi revista pelo autor. O local de sepultamento terá sido provavelmente a igreja ou o convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa, na freguesia das Mercês, que actualmente funciona como sede da Academia das Ciências.

⁶⁹ Sobre a importância da acção cultural de Manuel do Cenáculo ver Francisco António Lourenço Vaz, *ob. cit.*, p. 483-498.

⁷⁰ BPE – *Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, carta nº 3753, CXXVII/2-9.

⁷¹ Esta bíblia ainda hoje é uma das mais preciosas obras do museu da Academia das Ciências de Lisboa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência de Manuel de Pina Cabral foi sempre marcada por uma paixão: o estudo do latim. Os seus méritos intelectuais permitiram-lhe abraçar o estudo da língua latina e assim contribuir para que em Portugal se aprofundasse o seu estudo. Mas o seu percurso foi, também, marcado por uma carreira notável na Ordem Terceira Regular de S. Francisco. Nesta instituição exerceu alguns dos cargos mais proeminentes (pregador; definidor; provincial).

O seu percurso revela-nos um homem oriundo de uma pequena localidade do interior que se afirmou na cultura e no governo das instituições numa época em que as redes clientelares eram uma prática corrente em Portugal. Este facto não o impediu de se notabilizar na época em que viveu. A inexorável marcha do tempo e a decadência que os estudos clássicos têm vindo a atravessar na época contemporânea foram determinantes para que se fizesse uma nebulosa na vida e obra de Manuel de Pina Cabral.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 – Fontes

1.1 – Fontes Manuscritas

1.1.1 – Arquivo Distrital da Guarda, Livro de registos de Baptismo da Matança, rolo 687/068, item 5

1.1.2 – Arquivo da Universidade de Coimbra

Livro de Matrículas (1763-64), vol. 81, IV-1^aD-1-34.

Livro de Matrículas (1766-67), vol. 84, IV-1^aD-1-37.

Livro de Matrículas (1768-69), vol. 86, IV-1^aD-1-39.

Livro de Matrículas (1769-70), vol. 87, IV-1^aD-1-40.

Livro de Matrículas (1770-71), vol. 88, IV-1^aD-1-41.

1.1.2 – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

Manuscritos Vermelhos, papéis do reverendo Manuel de Pina Cabral, nº 628.

Manuscritos Azuis, Livro III da Congregação da Terceira Ordem da Penitência, Ms. Az. 1931,

1.1.3 – Biblioteca Pública de Évora

Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo, cartas de Frei Manuel de Pina Cabral, nº 3745-53, CXXVII/2-9.

1.1.4 – Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Dicionário Geográfico, vol 22, memória 82, p.557-560

Chancelaria de D. João V, Mercês, liv. 96

Chancelaria de D. José, Extinção de Capelas, liv. 11; liv. 35.

1.2 – Fontes Impressas

Manuel de Pina Cabral – Observações sobre a virtude da boa latinidade, Lisboa, Of. De Lins da Silva Godinho, 1782, L. 13370 P.

Manuel de Pina Cabral – Observações sobre a virtude da boa latinidade, ou methodo abreviado para aprender a fallar e a fazer composições em Latim Lisboa, Off. Regia, 1782, 1829.

Manuel de Pina Cabral – Magum Lexicon Latinum et Lusitanum..., Olyssipone, Typ. Reg. 1780.

Manuel de Pina Cabral – Magum Lexicon Latinum et Lusitanum...Editio altera, priori longe auctior et emendatior, opera et studio R. P. M. Fr. Emmanuelis Pinni Cabralii. Olissipone, 1802.

Manuel de Pina Cabral – Magum Lexicon Latinum et Lusitanum...in hac vero quarta editione redactum, correctum a Fr. Josepho António Ramalio. Olissipone, Typ. Reg. 1833.

Manuel de Pina Cabral – Magum Lexicon Latinum et Lusitanum...Editio altera, priori longe auctior et emendatior, opera et studio R. P. M. Fr. Emmanuelis Pinni Cabralii et J. A. Ramalii. Editio novíssima plurimis vocabulis et sententiis ex Forcellino, Noel, Fonseca, Ferreira, Freund et aliis depromptis locupletata, Olissipone, Typ. António José da Rocha, 1857.

Manuel de Pina Cabral – Magum Lexicon Latinum et Lusitanum ad plenissimam scriptorium interpretationem accomodatum ex celeberrimorum eruditissimorum philologorum lucubrationibus depromptum ad normam proecipue magni Lexici Latini et Lusitani RR. PP. Fr. Emmanuelis Pinni Cabralii et Josephi Antonii Ramalii, etc. Opera et studio Emmanuelis Joseph Ferreira, Parisiis, apud V. am J. P. Aillaud, Molon & C.^a (Typ. Rignoux), 1860.

Regimento dos capitaens mores e mais capitaens e officiaes das companhias da gente de cavallo & de pé, Coimbra, Off. De Joseph Ferreyra, 1709.

2 – Bibliografia

AGUIAR, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel – “As redes clientelares”. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p. 381-393.

ALMEIDA, Fortunato de- *História da Igreja em Portugal*. Ed. Damião Peres. Porto. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1967-1871. 4vol.

ALMEIDA, Justino Mendes – Lexicógrafos da língua latina em Portugal, Separata do vol. LXXIX da Revista de Guimarães, Guimarães, 1969, p. 23.

ANDRADE, Ferreira – Do convento de Nossa Senhora de Jesus, Lisboa: Ed. Império, 1946.

ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa: Atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 271-295.

AZEVEDO, Carlos Moreira, (dir). – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

AZEVEDO, Carlos Moreira, (dir). - *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

CARVALHO, Joaquim Ramos de, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (1680- 1720)*, tese de doutoramento apresentada à FLUC, Coimbra, FLUC, 1997.

GOUVEIA, António Camões; Monteiro, Nuno Gonçalo “A Milícia”. In José Mattoso – *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol.IV, p. 197-203

GOUVEIA, António Camões - “Estratégias de interiorização da disciplina”. In MATTOSO, José – *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p. 415-449.

. GOUVEIA, António Camões - “A Sacramentalização dos Ritos de passagem”. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 529-538.

HESPANHA, António Manuel - “A Família”. In MATTOSO, José dir. – *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p.273-279.

MARCADÉ, Jacques – *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Èveque de Beja, Archevêque d’Evora (1770-1814)*, Paris: Centro Cultural Português, 1978.

MARCADÉ – “D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: provincial des Réguliers du Tiers Ordre Franciscain (1768-1777)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1971, vol. III, p. 431-458.

MATTOSO, José – *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

MOREIRA, António Montes, “Franciscanos”. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II.

MOURA, José Vicente Gomes – *Notícia sucinta dos monumentos de língua latina*, Coimbra, 1823.

OLIVEIRA, João Nunes – *A Beira Alta de 1700 a 1840: gentes e subsistências*, Viseu: Palimage Editores, 2002

OLIVEIRA MARQUES, a.h. – *História de Portugal*, Lisboa: Palas Editores, 1972, 2vols.

PAIVA, José Pedro, “Frades e Freiras”, In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, Vol. II, p. 201 – 208.

REIS, António do Carmo - *O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica*, Lisboa: Editorial Notícias, 1988.

SILVA, Inocêncio Francisco – *Dicionário Bibliográfico Português*, 23 vol., Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.

VAZ, Francisco António Lourenço - La Memoria de Los Libros. In *Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*, Salamanca: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, Tomo II, p. 483-498

VERDELHO, Telmo – *As Origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro, 1988.

2566

MAGNUM LEXICON
LATINUM, ET LUSITANUM,
EX DIUTURNIS
CELEBERRIMORUM, ERUDITISSIMORUMQUE
PHILOLOGORUM
OBSERVATIONIBUS
DE PROMPTUM,
AD
PLENISSIMAM
SCRIPTORUM LATINORUM
INTERPRETATIONEM
ACCOMMODATUM



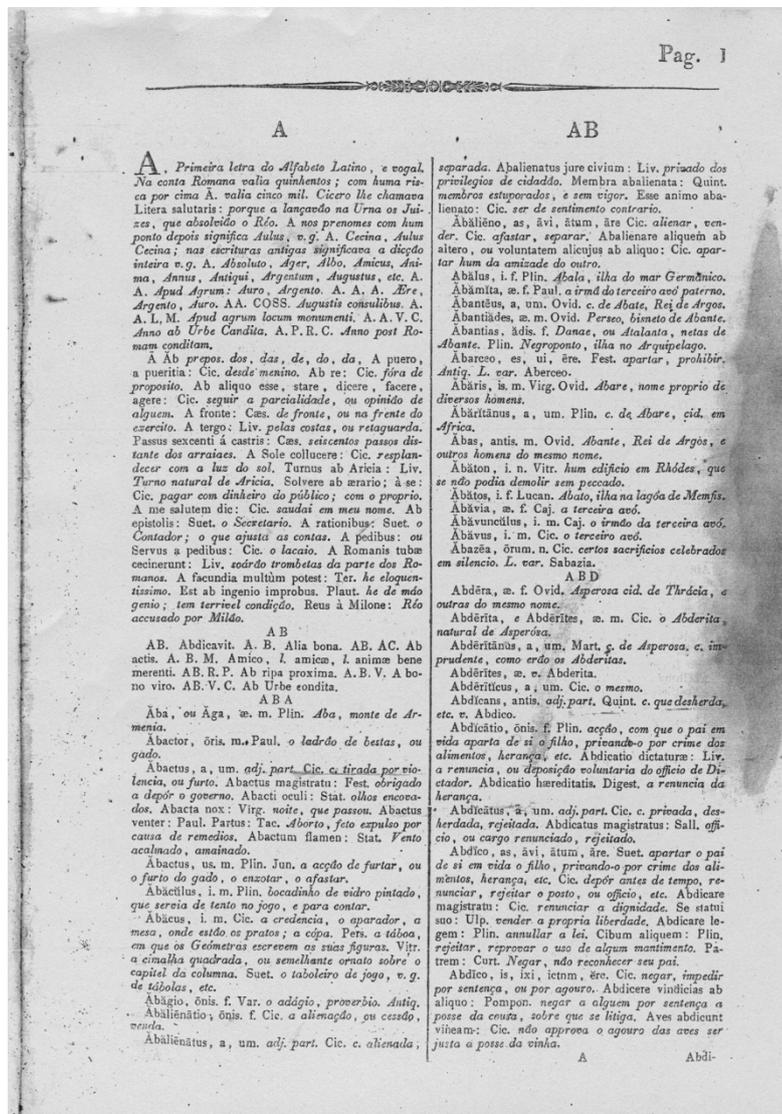
OLISIPONE
TYPIS REGIÆ OFFICINÆ.
ANNO MDCC. LXXX.
Regia Curia Censoria permissu.

Anexo 3 – Magum Lexicon – Nota prévia

AO LEITOR.

rumque

SAhe á luz, benevoló Leitor, o copioso Diccionario Latino, e Portuguez, que achando-se imperfeito, e por acabar, Sua Magestade Fidelissima se dignou mandar entregar á Congregação da Terceira Ordem da Penitencia de S. Francisco. E desejando esta cumprir com as obrigações impreteriveis á Sociedade, cuidou commetter este trabalho a hum dos seus Membros, que com a possivel exactidão completou o dito Diccionario em tudo, o que lhe faltava, para poder utilizar o Público. Esta Obra tão util a todos, que desejão instruir-se, merecêo hum vigilante cuidado em se consultarem não só os mais famosos Dictionarios, e os Criticos mais attendiveis; mas também as Edições mais correctas dos Auctores Latinos. Desta sorte poderão os Leitores sabios colher sem difficuldade os fructos, que se achão repartidos pelos Livros das melhores Instrucções Romanas. Esperamos que os mesmos Leitores recebão esta Obra como nascida de hum zelo patriotico, que deve fazer o caracter de hum Cidadão honesto.



A

A, primeira letra do Alfabeto Latino, e vogal. Na conta Romana valia quinhentos; com huma risca por cima A. valia cinco mil. Cicero lhe chamava Litera salutaris: porque a lançada na Urna os Juizes, que absolviu o Réo. A nos prenomes com hum ponto depois significa Aulus, e.g. A. Cecina, Aulus Cecina; nas escrituras antigas significava a dicção inteira e.g. A. Absolutio, Ager, Albo, Amicus, Anima, Anus, Antiqui, Argentum, Augustus, etc. A. A. Apud Agrum: Auro, Argentum. A. A. A. Ere, Argentum, Auro. AA. COSS. Augustis consulis. A. A. L. M. Apud agrum locum monumenti. A. A. V. C. Anno ab Urbe Condita. A. P. R. C. Anno post Romanam conditam.

Ab prepos. dos, das, de, do, da. A puero, a puerita: Cic. desde menino. Ab re: Cic. fóra de proposito. Ab aliquo esse, stare, dicere, facere, agere: Cic. seguir a parcialidade, ou opinio de alguém. A fronte: Cæs. de fronte, ou na frente do exercito. A tergo: Liv. pelas costas, ou retaguarda. Passus excenti à castris: Cæs. setecentos passos distante dos arraças. A Sole collucere: Cic. resplandecer com a luz do sol. Turnus ab Aricia: Liv. Turno natural de Aricia. Solvere ab arario: à se: Cic. pagar com dinheiro do público; com o proprio. A me salutem dic: Cic. saudai em meu nome. Ab epistolis: Suet. o Secretario. A rationibus: Suet. o Contador; o que ajusta as contas. A pœdibus: ou Serris a pœdibus: Cic. o laço. A Romanis tubis cœnerunt: Liv. todrô trombetas da parte dos Romanos. A facundia multum potest: Ter. he eloquentissimo. Est ab ingenio improbus. Plaut. he de mão genio; tem terrivel condicção. Reus à Milone: Réo accusado por Mildo.

AB

AB. Abdicavit. A. B. Alia bona. AB. AC. Ab actis. A. B. M. Amico, I. amice, I. animi bene merenti. AB. R. P. Ab ripa proxima. A. B. V. A bono viro. AB. V. C. Ab Urbe condita.

ABA

Abā, ou **Āga**, s. m. Plin. *Abā*, monte de Armenia.

Abactor, ōris m. Paul. o ladrão de bestas, ou gado.

Abactus, a, um. *adj. part. Cic. c. tirada por violencia, ou furto.* Abactus magistratu: Fest. obrigado a depôr o governo. Abacti oculi: Stat. olhos encovados. Abactia nox: Virg. noite, que passou. Abactus venter: Paul. Partus: Tac. aborto, feto espulado por causa de remedios. Abactum flamen: Stat. Vento acalmado, amainado.

Abactus, us. m. Plin. Jun. a açção de furtar, ou o furto do gado, o enzoar, o afastar.

Abactillus, i. m. Plin. locadinho de vidro pintado, que servia de teste no jogo, e para contar.

Abactus, i. m. Cic. a credencia, o operador, a mesa, onde estão os pratos; a cõpa. Pet. a tábua, em que os Geómetras escrevem os suas figuras. Vitr. a cimalka quadrada, ou semelhante ornato sobre o capitel da columna. Suet. o taboleiro de jogo, e.g. de tábolas, etc.

Abāgio, ōnis f. Var. o adágio, proverbio. Antiq. Abalienatio; ōnis f. Cic. a alienação, ou cessão, ou venda.

Abalienatus, a, um. *adj. part. Cic. c. alienata;*

AB

separada. Abalienatus jure civium: Liv. privando dos privilegios de cidadão. Membra abalienata: Quint. membros estuporados, e sem vigor. Esse animo abalienato: Cic. ser de sentimento contrario.

Abālieno, as, avi, átum, āre Cic. alienar, vender. Cic. afastar, separar. Abalienare aliquem ab altero, ou voluntatem aliquis ab aliquo: Cic. apartar hum da amizade do outro.

Abālis, i. f. Plin. *Abālis*, ilha do mar Germânico.

Abāntia, s. f. Paul. a irmã do terceiro avô paterno.

Abantus, a, um. Ovid. c. de Abate, Rei de Argos.

Abantides, s. m. Ovid. Perseo, bineto de Abante.

Abantias, ads. f. Danae, ou Atalante, netas de Abante. Plin. Negroponto, ilha no Arquipelago.

Abareo, es, ui, ēre. Fest. apartar, prohibir. Antiq. L. var. Aberceo.

Abāris, is. m. Virg. Ovid. *Abare*, nome proprio de diversos homens.

Abāritanus, a, um. Plin. c. de Abare, cid. em Africa.

Abās, anis m. Ovid. *Abante*, Rei de Argos, e outros homens do mesmo nome.

Abāton, i. n. Vitr. hum edificio em Rhódes, que se não podia demolir sem peccado.

Abātus, i. f. Lucan. *Abato*, ilha na lagõa de Memfis.

Abāvia, s. f. Caj. a terceira avô.

Abāvunculus, i. m. Caj. o irmão da terceira avô.

Abāvus, i. m. Cic. o terceiro avô.

Abazæa, ōrum n. Cic. certos sacrificios celebrados em silencio. L. var. Sabazia.

ABD

Abdēra, s. f. Ovid. *Asperosa* cid. de Thrdacia, e outras do mesmo nome.

Abdērita, e **Abdērites**, s. m. Cic. o *Abdērita*, natural de Asparos.

Abdēritanus, a, um. Mart. g. de *Asperosa*, e imprudente, como erdo os *Abdēritas*.

Abdērites, s. e. *Abdērita*.

Abdēriticus, a, um. Cic. o mesmo.

Abdicans, anis, *adj. part.* Quint. c. que desherda, etc. v. *Abdico*.

Abdicatio, ōnis f. Plin. açção, com que o pai em vida aparta de si o filho, privando-o por crime das alimentos, herança, etc. *Abdicatio* dictatura: Liv. a renuncia, ou deposição voluntaria do officio de Dictador. *Abdicatio* hereditatis. Digest. a renuncia da herança.

Abdicatus, ōis, um. *adj. part. Cic. c. privada, desherdada, rejeitada.* *Abdicatus* magistratus: Sall. officio, ou cargo renunciado, rejeitado.

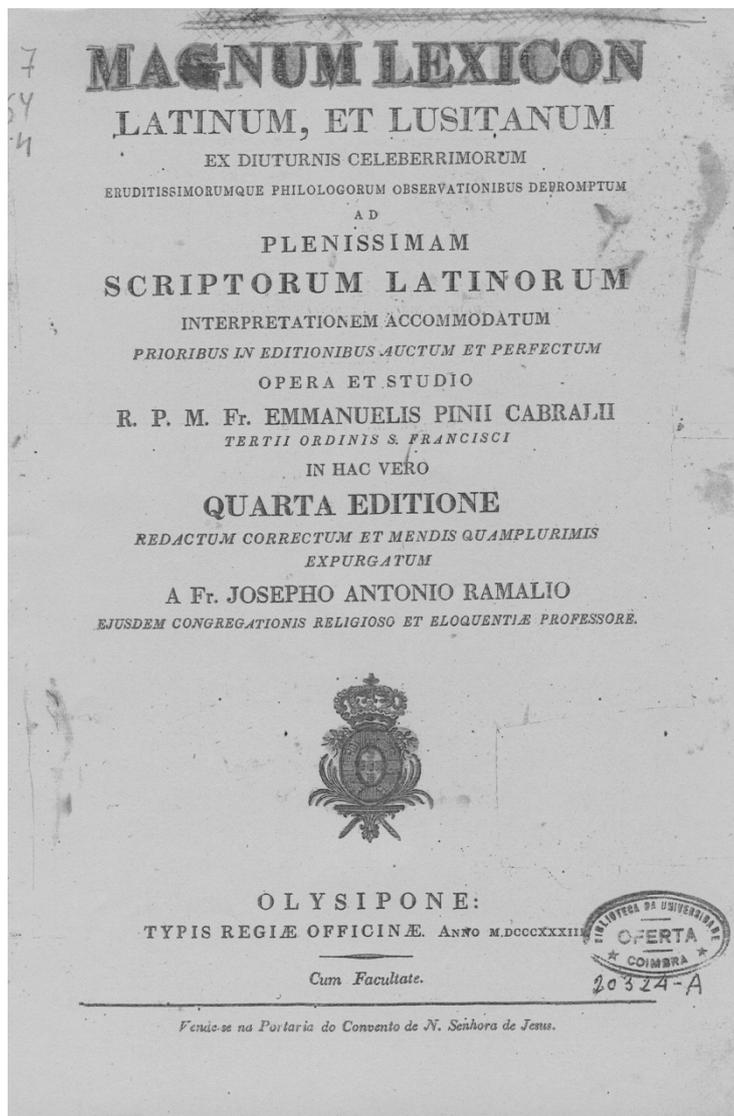
Abdico, as, avi, átum, āre. Suet. apartar o pai de si em vida o filho, privando-o por crime dos alimentos, herança, etc. Cic. depôr antes de tempo, renunciar, rejeitar o posto, ou officio, etc. *Abdicare* magistratu: Cic. renunciar a dignidade. Se statui suo: Ulp. tender a propria liberdade. *Abdicare* legem: Plin. annullar a lei. *Cibum* aliquem: Plin. rejeitar, reprovar o uso de algum mantimento. *Patrem*: Curt. *Negar*, ndo reconhecer seu pai.

Abdico, is, ixi, icium, ēre. Cic. *negar*, impedir por sentença, ou por agouro. *Abdicere* vindicias ab aliquo: Pompon. *negar* a alguém por sentença a posse da causa, sobre que se litiga. *Aves* abdicant viheam: Cic. ndo approva o agouro das aves ser justa a posse da vinta.

A

Abdi-

Anexo 5- Magnum Lexicon – 4ª Edição(1833)



ÍNDICE

ABREVIATURAS USADAS	2
NOTA PRÉVIA	4
1 – AS ORIGENS	6
2 – O <i>MAGNUM LEXICON</i> E O ESTUDO DO LATIM	11
3 - A CARREIRA NA ORDEM TERCEIRA.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
FONTES E BIBLIOGRAFIA	21
ANEXOS.....	25
ÍNDICE	30